



AudiLink

Audidores & Consultores

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Ilmos. Srs.
Diretores e Conselheiros da
SUSTENIDOS ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE CULTURA
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da SUSTENIDOS ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE CULTURA (Associação), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SUSTENIDOS ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE CULTURA em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou

como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como partes da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de janeiro de 2020.



SUSTENIDOS ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE CULTURA

Demonstração dos Resultados

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em Reais)

	Nota	2019	2018
Receitas operacionais			
Com restrição - atividades culturais			
Recursos do contrato de gestão		67.447.010	69.940.052
Projetos culturais e patrocínios		4.896.055	5.076.150
Receitas financeiras	17	453.253	636.418
		72.796.318	75.652.620
Sem restrição - atividades culturais			
Receita com trabalho voluntário		19.141	16.972
Outras receitas com doações		542.047	335.146
		73.357.506	76.004.738
Atividades culturais			
Custo com salários, encargos e depreciação diretos			
Salários e encargos de professores		(52.968.329)	(54.198.273)
Depreciação de instrumentos musicais e biblioteca		(748.926)	(839.662)
		(53.717.255)	(55.037.935)
Resultado operacional antes das despesas administrativas		19.640.251	20.966.803
Despesas operacionais			
Atividades culturais			
Despesas administrativas	16	(19.607.844)	(20.694.736)
Despesas tributárias		(153.465)	(184.843)
Outras receitas operacionais		200.719	64.252
Despesas com trabalhos voluntários		(19.140)	(16.972)
		(19.579.730)	(20.832.298)
Resultado antes das despesas financeiras		60.521	134.505
Despesas financeiras		(67.491)	(77.589)
(Déficit)/Superávits dos exercícios		(6.970)	56.916

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



SUSTENIDOS ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE CULTURA

Demonstração dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em Reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
(Déficit)/Superávit dos exercício	<u>(6.970)</u>	<u>56.916</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes	<u><u>(6.970)</u></u>	<u><u>56.916</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



SUSTENIDOS ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE CULTURA

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em Reais)

	Patrimônio social	Superávit do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>63.579</u>	<u>30.983</u>	<u>94.562</u>
Transferência para o patrimônio social	30.983	(30.983)	-
Superávit do exercício	-	56.916	56.916
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>94.562</u>	<u>56.916</u>	<u>151.478</u>
Transferência para o patrimônio social	56.916	(56.916)	-
Superávit do exercício	-	(6.970)	(6.970)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>151.478</u>	<u>(6.970)</u>	<u>144.508</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



SUSTENIDOS ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE CULTURA

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método indireto

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em Reais)

	Nota	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Déficit/Superávit do exercício		(6.970)	56.916
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	10	919.231	1.056.387
Provisão para contingências	12	(57.494)	451.197
Valor residual dos ativos permanentes baixados	10	35.734	10.269
		<u>890.501</u>	<u>1.574.769</u>
Variação nos ativos e passivos			
Aumento/ (redução) nos ativos em			
Recursos vinculados a projetos		1.244.767	(383.344)
Projetos executados - contrato de gestão		331.111	(1.899.960)
Estoques		35.990	605.324
Outros ativos não circulantes		(29.763)	938.844
Aumento/ (redução) nos passivos em			
Fornecedores		(6.808)	(503.647)
Salários, férias e encargos a pagar		(1.770.899)	1.305.223
Obrigações tributárias		2.505	569
Contas a pagar		8.218	(4.371)
Projetos a executar - contrato de gestão		-	-
Provisão para contingências		(760.307)	(346.318)
Projetos culturais e patrocínios		1.010.948	(223.457)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>956.263</u>	<u>1.063.633</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	6 e 10	(588.593)	(288.985)
Aquisição do intangível	10	5.970	(7.900)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		<u>(582.623)</u>	<u>(296.885)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Recursos recebidos de projetos para aquisição de bens		(372.343)	(769.771)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		<u>(372.343)</u>	<u>(769.771)</u>
Aumento/(Redução) do caixa e equivalentes de caixa		<u>1.297</u>	<u>(3.023)</u>
Demonstração da Aumento/(redução) do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		2.087	5.110
No fim do exercício		3.384	2.087
Aumento/(Redução) do caixa e equivalentes de caixa		<u>1.297</u>	<u>(3.023)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Sustenidos Organização Social de Cultura

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Valores expressos em Reais)

1. Contexto operacional

A Sustenidos Organização Social de Cultura (“Associação”), anteriormente denominada Associação Amigos do Projeto Guri, com sede a Rua Fidalga, 92, no município de São Paulo, iniciou suas atividades em 1997, como entidade privada sob a forma de Organização Social sem fins lucrativos, tendo como objetivo principal a colaboração técnica e financeira para o desenvolvimento do “Projeto Guri”, que desde 1995 funcionava como programa interno à Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. Sua missão é promover, com excelência, a educação musical e a prática coletiva de música, tendo em vista o desenvolvimento humano de gerações em formação.

Em 14 de junho de 2004, o secretário-chefe da casa civil do Estado, por meio do parecer nº 0889/2004, qualificou a Associação Amigos do Projeto Guri como Organização Social da área da cultura publicada no Diário Oficial em 15 de junho de 2004. Em 20 de agosto de 2019 a “Associação” alterou sua denominação social para **Sustenidos Organização Social de Cultura** com registro no 4º cartório de ofício sob nº 684.098. Considerada uma entidade de utilidade pública e sem fins lucrativos, a Associação é isenta de contribuições e impostos federais, estaduais e municipais, de acordo com as disposições da Constituição Federal.

As atividades da Associação são substancialmente suportadas financeiramente pelo Contrato de Gestão nº 06/2016, firmado com o Governo do Estado de São Paulo, com vigência até 2021. Anteriormente, os recursos financeiros foram suportados pelo contrato de gestão nº 01/2012.

Atividades sociais

A Sustenidos Organização Social de Cultura em conformidade ao Contrato de Gestão nº 06/2016 firmado com a Secretaria de Estado da Cultura encerra o exercício de 2019 com 337 Polos e Polos da Fundação CASA que ofereceram 51.250 vagas, das quais 40.078 foram preenchidas por 49.926 crianças adolescentes e jovens em todo o Estado de São Paulo. E oferece nos períodos de contraturno escolar, cursos gratuitos de música visando promover, com excelência, a educação musical e a prática coletiva da música, tendo em vista o desenvolvimento humano de gerações em formação.



Sustenidos Organização Social de Cultura

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na ITG “2002R1 - Entidades sem finalidades de lucros”, e também pela da NBC TG “1000 (R1) - Contabilidade para pequenas e médias empresas” para os aspectos não abordados pela ITG “2002R1- Entidade sem finalidade lucros”.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Administrativa Financeira em 31 de janeiro de 2020.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Associação.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídos nas seguintes notas explicativas:

- Notas Explicativas nº 3.d e 6 - Depreciação do ativo imobilizado;
- Nota Explicativa nº 12 - Provisão para contingências.
- Nota Explicativa nº 18-Instrumentos financeiros.

e. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Associação exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como



Sustenidos Organização Social de Cultura

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos, descritos na Nota Explicativa nº18 de instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente pela Administração da Associação em todos os períodos apresentados.

a. Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros não derivativos

A Associação reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

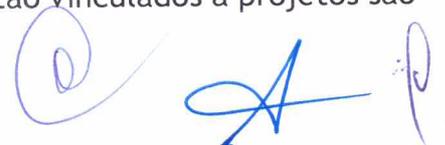
Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa. Os recursos financeiros que a Associação possui, mas que estão vinculados a projetos são



Sustenidos Organização Social de Cultura

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos.

Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente às obrigações do contrato de gestão de projetos de lei incentivados.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2019 e 2018, incluindo operações de hedge.

b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Os valores recebidos e empregados dos Contratos de Gestão e Projetos Especiais originados de contratos com a Secretaria de Cultura e Lei Rouanet, são registrados da seguinte forma, em conformidade com a NBC TG 07 (R2):

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido um ativo (recursos vinculados a projetos) em contrapartida a projetos a executar e projetos culturais e patrocínios no passivo circulante;
- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos dos contratos de gestão e dos recursos incentivados, são reconhecidas as despesas e receitas correspondentes em montantes equivalentes, ou seja, sem impacto no resultado do exercício;
- **Aquisição de bens:** Quando ocorre a aquisição de bens dos contratos de gestão são reconhecidos os ativos imobilizados, em contrapartida a uma receita diferida no passivo não circulante (recursos aplicados em imobilizados).

Sustenidos Organização Social de Cultura

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em consequência à prática contábil adotada pela Associação, os efeitos no resultado do exercício relacionados ao contrato de gestão e projetos incentivados são nulos, pois todas as despesas incorridas com esses projetos são vinculadas a recursos recebidos com utilização específica nesses projetos. Dessa forma, eventual superávit ou déficit apurado pela Associação corresponde apenas às receitas de doações livres e despesas administrativas não cobertas pelo contrato de gestão, sendo tais valores imateriais nas operações da Associação.

c. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

d. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou doação, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumulada, quando necessário.

Depreciação

A depreciação acumulada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

<u>Descrição</u>	<u>Vida útil</u>
Instrumentos musicais e orquestra	5 anos
Equipamentos de processamento de dados	5 anos
Equipamentos eletro/eletrônicos/áudio	5 anos
Equipamento de telecomunicação	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos
Ferramentas	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Sustenidos Organização Social de Cultura

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

e. Intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem, basicamente, os ativos adquiridos de terceiros (softwares) e são mensurados pelo custo total de aquisição. A amortização foi calculada pelo método linear, com base nas taxas de 20% a.a., e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

f. Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Associação não identificou nenhum ativo com redução no seu valor recuperável.

g. Provisões, passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

h. Demais ativos circulantes e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

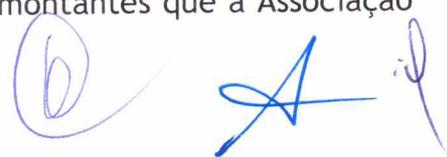
i. Receita e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

j. Receitas com trabalhos voluntários

As receitas com trabalhos voluntários, quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Associação



Sustenidos Organização Social de Cultura

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas das atividades culturais, em 31 de dezembro de 2019 foram reconhecidos R\$19.140 como trabalhos voluntários na Associação.

k. Gerenciamento de risco financeiro

A Associação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

A Associação apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Associação, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 18.

Estrutura do gerenciamento de risco:

As políticas de gerenciamento de risco da Associação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação.

l. Demonstração dos fluxos de caixa

A Administração da Associação apresenta a demonstração dos fluxos de caixa de acordo com o Pronunciamento Contábil NBC TG 03 (R3) “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), utilizando o método indireto, segundo o qual o resultado líquido é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesas associadas com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

4. Recursos vinculados a projetos

	2019	2018
Bancos conta movimento	3.585.886	2.766.161
Aplicações financeiras	3.815.138	5.879.630
	<u>7.401.024</u>	<u>8.645.791</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Sustenidos Organização Social de Cultura

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa e foram remunerados à uma taxa média de 95% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (95% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 2018).

Os recursos vinculados a projetos referem-se substancialmente a recursos recebidos pela Associação que serão utilizados exclusivamente nos projetos incentivados, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8.

5. Outros ativos

	2019	2018
Adiantamentos de férias	321.874	311.471
Adiantamentos a fornecedores	321.836	289.861
Outros créditos	104.485	117.100
	748.195	718.432

6. Imobilizado

Movimentação de 31 de dezembro de 2018 a 31 de dezembro de 2019

Descrição	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2019
	Custo				Custo
Custo					
Instrumentos musicais e orquestra	16.317.388	191.741	(7.793)	-	16.501.336
Equipamento de eletro/eletrônicos/áudio	849.525	156.464	(743)	-	1.005.246
Equipamento de processamento de dados	1.590.780	129.056	(27.236)	-	1.692.599
Instalações	34.663	2.950	-	-	37.613
Equipamento de telecomunicação	29.147	1.702	-	-	30.850
Móveis e utensílios	789.497	25.118	-	-	814.615
Bens recebidos em comodato	-	74.580	-	-	74.580
Ferramentas	64.934	1.009	-	-	65.943
Biblioteca	622.685	-	-	-	622.685
Total	20.298.619	582.621	(35.773)		20.845.467
Depreciação					
Instrumentos musicais e orquestra	(15.288.347)	(748.926)	-	-	(16.037.273)
Equipamento de Eletro/Eletrônicos/áudio	(775.986)	(35.290)	-	-	(811.276)
Equipamento de Processamento de Dados	(1.356.592)	(84.615)	39	-	(1.441.168)
Instalações	(23.883)	(3.416)	-	-	(27.300)
Equipamento de telecomunicação	(24.811)	(1.596)	-	-	(26.407)
Móveis e utensílios	(628.870)	(34.019)	-	-	(662.890)
Ferramentas	(31.904)	(5.399)	-	-	(37.302)
Biblioteca	(622.685)	-	-	-	(622.685)
Total	(18.753.078)	(913.261)	39		(19.666.301)
Saldo líquido	1.545.541	(330.640)	(35.734)		1.179.168

Sustenidos Organização Social de Cultura

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação de 31 de dezembro de 2017 a 31 de dezembro de 2018

Descrição	31/12/2017				31/12/2018
	Custo	Adições	Baixas	Transferência	Custo
Custo					
Instrumentos musicais e orquestra	16.425.957	130.124	(238.693)	-	16.317.388
Equipamento de eletro/eletrônicos/áudio	883.084	16.434	(49.993)	-	849.525
Equipamento de processamento de dados	1.479.620	116.241	(5.081)	-	1.590.780
Instalações	33.397	1.266	-	-	34.663
Equipamento de telecomunicação	27.727	1.420	-	-	29.147
Móveis e utensílios	774.503	23.500	(8.506)	-	789.497
Ferramentas	64.934	-	-	-	64.934
Biblioteca	622.685	-	-	-	622.685
Total	20.311.907	288.985	(302.273)		20.298.619
Depreciação					
Instrumentos musicais e orquestra	(14.681.617)	(839.662)	232.932	-	(15.288.347)
Equipamento de Eletro/Eletrônicos/áudio	(800.894)	(24.291)	49.199	-	(775.986)
Equipamento de Processamento de Dados	(1.260.006)	(101.667)	5.081	-	(1.356.592)
Instalações	(20.600)	(3.283)	-	-	(23.883)
Equipamento de telecomunicação	(23.384)	(1.427)	-	-	(24.811)
Móveis e utensílios	(573.984)	(59.678)	4.792	-	(628.870)
Ferramentas	(25.891)	(6.013)	-	-	(31.904)
Biblioteca	(622.685)	-	-	-	(622.685)
Total	(18.009.060)	(1.036.022)	292.004		(18.753.078)
Saldo líquido	2.302.847	(747.037)	(10.269)		1.545.541

O ativo imobilizado da Associação está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente em suas atividades.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Administração da Associação não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos seus ativos.

7. Salários, férias e encargos a pagar

	2019	2018
Provisão de férias e encargos	6.522.621	8.423.955
INSS a recolher	1.175.175	1.299.483
FGTS a recolher	503.072	430.813
IRRF a recolher	190.710	211.631
PIS a recolher	65.270	69.319
Salários e rescisões a pagar	236.295	29.206
Contribuição sindical a recolher	397	32
	8.693.540	10.464.439

8. Projetos a executar - Contrato de gestão

O Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Cultura e a Sustenidos Organização Social de Cultura, tendo por objetivo a formação de vínculo de cooperação, com vista à execução de programas de trabalho destinados a fomentar as atividades que dizem respeito ao objetivo de ensino de música e

Sustenidos Organização Social de Cultura

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

assistência social, celebraram o Contrato de Gestão n° 06/2016 com prazo de encerramento em 31 de dezembro de 2021.

A Associação registrou no ativo circulante, em 2019 um montante de R\$ 5.621.707 e 2018 R\$ 5.952.818, referente ao projeto executado do Contrato de Gestão. Esse ativo foi registrado pró-rata-temporis de acordo com o valor da próxima parcela trimestral a receber e o período performado. A contrapartida do registro foi na rubrica de "Projetos a executar", no passivo não circulante.

O Programa de Trabalho, Contrato de Gestão n° 06/2016, aprovado pelo Governo do Estado, firmado com a Sustenidos Organização Social de Cultura, passa a ter como **previsão** o repasse pela Secretaria de Estado da Cultura no montante de R\$ 316.622.271, no período de 5 anos (2017 a 2021), a serem empregados na realização do Projeto, disposto da seguinte forma:

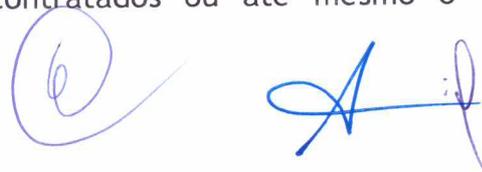
- R\$ 66.694.983 para 2017;
- R\$ 66.770.322 para 2018;
- R\$ 67.335.065 para 2019;
- R\$ 61.052.322 para 2020;
- R\$ 61.052.322 para 2021.

Nos termos do Contrato de Gestão, o montante global supracitado poderá ser revisto em caso de variações inflacionárias ou ocorrência de dissídios que, superando a previsão de reajuste contratual utilizada para o estabelecimento dos valores acima, impactem diretamente na execução do plano de trabalho, impossibilitando sua realização de acordo com o previsto.

Os valores apresentados em projetos a executar - contrato de gestão representam os montantes já recebidos financeiramente e ainda não empregados no projeto e que serão reconhecidos ao resultado de acordo com o regime de competência a medida que ocorrerem os gastos relacionados aos projetos. Ressaltamos que, conforme demonstrado na Nota Explicativa n° 3(b), o reconhecimento contábil da receita dos recursos vinculados a projetos ocorre inicialmente pelo reconhecimento de uma receita diferida no passivo, sendo levada ao resultado do exercício quando da incorrência e na mesma proporção das despesas com os projetos.

A reversão do saldo de projetos a executar motivada pela adequação da provisão de férias dos horistas somada aos recursos aplicados em ativos permanentes foi reclassificada para o ativo circulante para retorno no início do próximo exercício.

Por força do contrato de gestão, a Associação está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são trimestralmente avaliadas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão da Secretaria de Estado da Cultura bem como pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. No caso de não cumprimento dessas metas, a Associação poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução dos repasses contratados ou até mesmo o



Sustenidos Organização Social de Cultura

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

cancelamento do contrato de gestão.

A Administração da Associação entende que em 2019 todas as metas foram cumpridas substancialmente e aguarda a formalização conclusiva da análise dos relatórios de atividades.

Veja a movimentação dos projetos na Nota Explicativa nº 11.

9. Projetos culturais e patrocínios

	2019	2018
Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC-Guri)	2.095.378	1.861.734
Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC-Expansão)	974.041	-
Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)	715.210	729.131
Programa de Ação Cultural do Estado de São Paulo (PROAC)	372.359	665.347
Outros recursos captados	250.711	140.539
	<u>4.407.699</u>	<u>3.396.751</u>

O Ministério da Cultura, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no § 6º, do artigo 19 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, aprovou a realização de projetos culturais, sendo os integrantes autorizados a captar recursos mediante doações ou patrocínios. Os projetos relacionados ao Programa nacional de Apoio à Cultura referem-se aos projetos aprovados juntos ao Ministério da Cultura.

Os valores apresentando em projetos culturais e patrocínios representam os montantes já recebidos financeiramente e ainda não empregados no projeto e que serão reconhecidos ao resultado de acordo com o regime de competência a medida que ocorrerem os gastos relacionados aos projetos. Ressaltamos que, conforme demonstrado na Nota Explicativa 3(b), o reconhecimento contábil da receita dos recursos vinculados a projetos ocorre inicialmente pelo reconhecimento de uma receita diferida no passivo, sendo levada ao resultado do exercício quando da incorrência e na mesma proporção das despesas com os projetos.

Veja a movimentação dos projetos na Nota Explicativa nº 11.

10. Recursos aplicados em ativos permanentes

	2019	2018
Imobilizado e intangível	<u>1.188.356</u>	<u>1.560.699</u>

Conforme comentado na nota explicativa 3(b), os recursos que são aplicados na aquisição de ativos imobilizados e intangível são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, no mesmo prazo e pelos mesmos montantes das despesas de depreciação e amortização do ativo

Sustenidos Organização Social de Cultura

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

imobilizado e diferido em atendimento a NBC TG 07 (R2). Veja a movimentação do ativo imobilizado na Nota Explicativa nº6 (ativo imobilizado):

Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>1.560.699</u>
Adição de imobilizado	582.621
Adição de intangível	-
Custo residual baixado de imobilizado e intangível	(35.734)
Depreciação e amortização	(919.230)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u><u>1.188.356</u></u>

11. Movimentação dos projetos a executar - contrato de gestão, projetos culturais e patrocínios e recursos aplicados no ativo imobilizado

Movimentação de 31 de dezembro de 2018 a 31 de dezembro de 2019

Saldo dos projetos em 31 de dezembro de 2018	
Projetos culturais e patrocínios (nota 9)	3.396.751
Recursos aplicados em imobilizados (nota 10)	1.560.699
	<u>4.957.450</u>

Movimentação 2019

(+) Entradas

Valores recebidos	73.242.068
Projeto executado - ativo	5.621.707
Rendimento de aplicações financeiras	453.253
	<u>79.317.028</u>

(-) Saídas

Consumo/(despesas)	(78.678.423)
	<u>(78.678.423)</u>

Saldo dos projetos em 31 de dezembro de 2019

Projetos culturais e patrocínios (nota 9)	4.407.699
Recursos aplicados em imobilizados (nota 10)	1.188.356
	<u><u>5.596.055</u></u>

Sustenidos Organização Social de Cultura

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Provisão para contingências

A Associação é parte (polo passivo) em ações judiciais envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

Contingências	2019			2018		
	Montante provisionado	Depósitos judiciais	Passivo líquido	Montante provisionado	Depósitos judiciais	Passivo líquido
Trabalhistas	518.034	-	518.034	1.335.835	-	1.335.835
Total	518.034	-	518.034	1.335.835	-	1.335.835

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	2018	2019		
	Saldo Inicial	Adição	Utilização	Saldo Final
Trabalhistas	1.335.835	-	(817.801)	518.034

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível no montante de R\$14.266.532 (R\$ 11.929.561 em 2018) para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Desse montante, R\$ 12.086.949 (Causa R\$ 5.278.143 mais juros R\$ 6.808.806) referem-se à Ação Civil Pública nº 00607200902502001, movida pelo Ministério Público do Trabalho, que tramita perante a 25ª Vara do Trabalho de São Paulo, e tem como objeto a desconstituição do contrato de gestão, por suposta ilegalidade do sistema de gestão por Organizações Sociais (previsto na Lei Complementar 846/98), além da concessão de indenização coletiva. A ação foi julgada parcialmente procedente em primeira instância, e está sujeita a recursos com efeito suspensivo. Os assessores jurídicos da Associação entendem que há chances consideráveis de reversão da decisão, motivo pelo qual avaliaram a perda como possível (sem a necessidade de provisionamento).

13. Partes relacionadas

A Associação não possui partes relacionadas e os membros do conselho de administração e fiscal da Associação não são remunerados.

Sustenidos Organização Social de Cultura

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Associação possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho. Dessa forma, a Associação não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

A Administração da Associação não possui outros benefícios de rescisão de contrato, pagamento baseado em ações e outros benefícios de longo prazo, para o pessoal-chave da Administração.

A Associação também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta Administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

15. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Associação foi formado pelas doações recebidas e pelos superávits e déficits acumulados, transferidos para o patrimônio social.

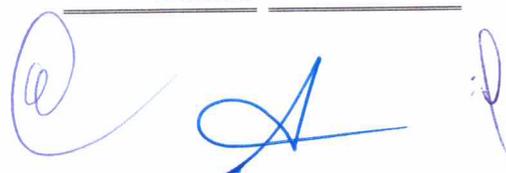
De acordo com o Estatuto Social, em caso de dissolução ou extinção, o patrimônio social remanescente é destinado para uma Organização Social ou afim, sem fins econômicos e lucrativos.

16. Despesas administrativas

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Salários e encargos sociais	10.202.413	10.267.121
Serviços de terceiros	2.514.736	2.442.633
Despesas com locações	1.254.794	1.427.567
Despesas com bolsa estudo	987.260	867.423
Viagens e estadias	838.785	779.458
Veículos combustível	700.126	715.933
Materiais	1.295.579	1.993.237
Despesas com contingências	-	513.710
Alimentação	389.964	477.687
Despesas com água, energia elétrica e internet	458.586	420.516
Depreciação	170.305	216.725
Manutenção, conservação e reparo	237.210	189.070
Outras despesas	558.086	383.656
	<u><u>19.607.844</u></u>	<u><u>20.694.736</u></u>

17. Receitas financeiras

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Rendimentos sobre aplicações financeiras	<u>453.253</u>	<u>636.418</u>



Sustenidos Organização Social de Cultura

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros

De acordo com a NBC TG 48, são observados os seguintes procedimentos:

Reconhecimento inicial e mensuração

A Associação classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponível para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração da Associação determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". no período em que ocorrem.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Associação compreendem demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa.

Ativos mantidos até o vencimento

São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício, usando o método da taxa de juros efetiva.

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Associação está sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez



Sustenidos Organização Social de Cultura

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de liquidez é o risco em que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação. Os recursos da Associação, por força do contrato de gestão e projetos incentivados possuem obrigação de serem mantidos em contas correntes e aplicações no Banco do Brasil S.A.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Associação. O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, a Associação centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do CDI - certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa.

19. Renúncia fiscal

Em atendimento a ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução CFC nº 1.409/12, a Associação apresenta a seguir a renúncia fiscal apurada no exercício de 2019 caso a obrigação devida fosse. Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que se tratam de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Associação não possuir escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos:

- Incidentes sobre a receita (ISS 5%, PIS 1,65% e COFINS 7,6% - regime não cumulativo);
- Incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSSL 34%).

A Associação não está imune em suas obrigações previdenciárias e não goza de qualquer benefício desta natureza. Suas obrigações trabalhistas, tais como contribuições ao INSS e FGTS, são calculadas normalmente sobre os proventos da Folha de Pagamentos, assim como o PIS que é calculado pela aplicação do percentual de 1% sobre os proventos pagos aos funcionários.



Sustenidos Organização Social de Cultura

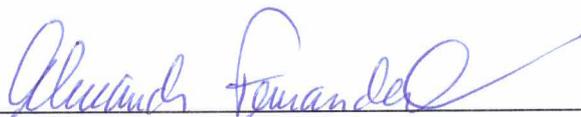
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Avais, fianças e garantias

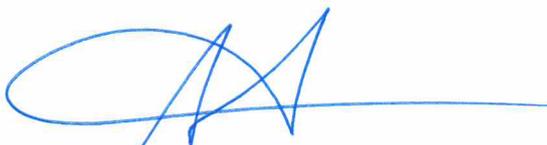
A Associação não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2019 e 2018.

21. Contratos de seguros

A Administração da Associação possui seguro para proteção de seu patrimônio, o que foi efetuado de acordo com as características dos bens, a relevância e o valor de reposição dos ativos, e os riscos a que estejam expostos, observando-se os fundamentos de ordens legal, contratual e técnica. Os montantes foram considerados suficientes pela Administração para a cobertura dos riscos envolvidos. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza não fizeram parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.



Alessandra Fernandez Alves da Costa
Diretora Executiva



Artur Eduardo Pereira Miranda
Diretor Administrativo-Financeiro



Luis Carlos Trento
Contador - CRC 1SP194841/O-4

* * *